





MENSAGEM Nº. 9403, DE 25 DE Agas to DE 2025.

Senhor Presidente,

Submeto à consideração dessa Augusta Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, para fins de apreciação e pretendida aprovação, atendidos os dispositivos que disciplinam o processo legislativo, o incluso Projeto de Lei que "INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE FORTALECIMENTO E REVITALIZAÇÃO DA COTONICULTURA NO CEARÁ".

O Ceará tem grande potencial para, como já foi no passado, retomar a sua posição de protagonismo nacional na produção de algodão, gerando mais emprego e renda para a nossa população. O Governo do Estado compreende a importância de se contribuir com esse objetivo, fomentando a cotonicultura de forma sustentável e tecnicamente adequada.

Assim é que se propõe, neste Projeto, o Programa Estadual de Fortalecimento e de Revitalização da Cotonicultura, consistindo em ações planejadas e coordenadas pelo Poder Público no intuito de estimular, apoiar e fortalecer a produção algodoeira no Ceará, promovendo o desenvolvimento econômico sustentável da agricultura cearense.

A proposta tem como objetivo resgatar e fortalecer a cotonicultura, atividade agrícola historicamente relevante para o desenvolvimento econômico e social do Estado, por meio de ações estruturadas de incentivo e acesso facilitado a sementes de qualidade.

Para isso, o Programa ora proposto atuará por meio da aquisição subsidiada pelo Poder Público de sementes de algodão para distribuição a produtores rurais do Ceará, pretendendo, com isso, consolidar a cotonicultura como vetor de geração de emprego, renda e fortalecimento da agricultura no Ceará.

Convicto de que os ilustres membros dessa Casa Legislativa haverão de conferir o necessário apoio a esta propositura, solicito a Vossa Excelência emprestar a valiosa colaboração no seu encaminhamento, de modo a colocá-la em tramitação, tendo em vista a importância da matéria.





No ensejo, apresento a Vossa Excelência e aos seus eminentes Pares protesto de elevado apreço e distinguida consideração.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos de de 2025

Elmano de Freitas da Costa GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

A Sua Excelência o Senhor Deputado Romeu Aldigueri de Arruda Coelho Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará





#### PROJETO DE LEI

INSTITUI O PROGRAMA ESTADU-AL DE FORTALECIMENTO E REVI-TALIZAÇÃO DA COTONICULTURA NO CEARÁ.

# A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ decreta:

## CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei institui o Programa Estadual de Fortalecimento e de Revitalização da Cotonicultura, consistente em ações planejadas e coordenadas pelo Poder Público no intuito de estimular, apoiar e fortalecer a produção algodocira no Ceará, promovendo o desenvolvimento sustentável, a geração de emprego e renda e o fortalecimento da agricultura cearense.

§ 1º A implementação do disposto nesta Lei dar-se-á por meio da aquisição subsidiada pelo Poder Público de sementes de algodão para distribuição a produtores rurais do Ceará.

§ 2º O Programa a que se refere o caput, deste artigo, terá sua execução e coordenação sob a responsabilidade da Secretaria do Desenvolvimento Econômico - SDE, para o que contará com a cooperação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará - Ematerce.

§ 3º Para fins desta Lei, poderão ser celebradas parcerias, convênios, acordos de cooperação ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da Administração Pública, direta ou indireta, bem como com organizações da sociedade civil e instituições privadas, observada a legislação vigente.

## CAPÍTULO II DA AOUISICÃO PÚBLICA DE SEMENTES

Art. 2º O processo de aquisição de sementes dar-se-á mediante processo de credenciamento, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, o qual abrangerá produtores situados no Ceará.

§ 1º O edital público de credenciamento disporá sobre as condições de participação, as especificações e os critérios de qualidade do produto, prazos e condições de fornecimento, além das demais regras relativas ao procedimento.

§ 2º O valor unitário das sementes a serem adquiridas deste artigo terá por referência os valo-

res praticados no mercado estadual.

§ 3º À SDE compete, nos termos do art. 1º, desta Lei, processar e julgar o procedimento de credenciamento, mantendo permanentemente atualizada a lista de fornecedores.

## CAPÍTULO III DA DISTRIBUIÇÃO DAS SEMENTES

Art. 3º As sementes adquiridas pelo Estado serão distribuídas exclusivamente a produtores rurais previamente cadastrados pela SDE.





- § 1º O cadastramento seguirá as regras e as condições definidas em edital próprio editado pela SDE, entre as quais a necessidade de:
- I identificação do produtor e da propriedade rural;
- II comprovação de atividade agrícola compatível com a cotonicultura;
- III apresentação de informações sobre capacidade de produção e área cultivável destinada ao algodão.
- § 2º A SDE manterá registro atualizado dos produtores cadastrados, assegurando transparência, controle e prioridade no acesso aos recursos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas.
- § 3º Conforme dispuser o instrumento de que trata o §1º, deste artigo, as sementes poderão ser distribuídas mediante:
- I doação parcial ou integral; ou
- II ressarcimento parcial ou total do custo.
- § 4º Os produtores rurais que receberem as sementes deverão utilizá-las exclusivamente para fins de plantio.

#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 4º Sem prejuízo das competências estabelecidas nestas Lei, a SDE e a Ematerce prestarão o apoio necessário ao desenvolvimento da produção de algodão no Ceará, potencializando as atividades do Programa Estadual de Revitalização da Cotonicultura, competindo-lhes, em especial:
- I articular políticas de fomento à cadeia produtiva do algodão, promovendo a atração de investimentos e incentivo à comercialização;
- II apoiar a consolidação de mercados e parcerias para os produtores rurais participantes do Programa;
- III elaborar estratégias de desenvolvimento econômico integradas à cotonicultura.
- Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação consignada no orçamento anual do Estado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

de 2025

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza,

aos de

Elmano de Freitas da Costa GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ